



CÓD: SL-033AG-22
7908433225669

SEJUSP

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA
PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

600 questões Gabaritadas-Agente de
Segurança Socioeducativo

CADERNO DE QUESTÃO



ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	27
3. Informática Básica	41
4. Direito Administrativo	53
5. Direito Constitucional	73
6. Direito Penal	91
7. Direitos Humanos	105
8. Legislação Especial	127

Ao relacionar-se os textos I e II, é correto afirmar que há entre eles uma relação de:

- (A) desconstrução
- (B) retificação
- (C) identidade
- (D) afastamento

14. (IBFC - ASSISTENTE EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SEJUSP MG)/QUALQUER NÍVEL MÉDIO/2014)

Em “Eles precisam de tempo e de intimidade”, a presença da preposição é justificada em função de uma exigência de:

- (A) ortografia
- (B) regência
- (C) concordância
- (D) crase

Prezado candidato, de acordo com o texto a seguir responda as questões de 15 à 27.

Texto I

Camelô

(Manuel Bandeira)

Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:

O que vende balões de cor

O macaquinho que trepa no coqueiro

O cachorrinho que bate com o rabo

Os homenzinhos que jogam box

A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado

E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma

Alegria das calçadas

Uns falam pelos cotovelos:

- “O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar um pedaço de banana para eu acender o charuto. Naturalmente o menino pensará: papai está malu...”

Outros coitados, têm a língua atada.

Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos de inutilidades.

E ensinam no tumulto das ruas os mitos heroicos da meninice...

E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de infância.

15. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014)

Assinale a opção em que se **erra** na justificativa da acentuação das seguintes palavras retiradas do poema de Bandeira:

- (A) “camelô” – acentuam-se os oxítonos terminados em “lo”.
- (B) “língua” – acentuam-se os paroxítonos terminados em ditongo crescente.
- (C) “porém” – acentuam-se os oxítonos terminados em “em”.
- (D) “dá” – acentuam-se os monossílabos tônicos terminados em “a”.

16. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014)

A flexão dos substantivos compostos exige do falante observação do comportamento morfológico das palavras primitivas. Desse modo, a flexão de número do composto “canetinhas-tinteiro” estaria mais bem justificada pelo fato:

- (A) do segundo elemento ser invariável.
- (B) do primeiro elemento estar no diminutivo.
- (C) do segundo elemento delimitar o primeiro.
- (D) do primeiro elemento ser invariável.

17. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014)

No verso “E as canetinhas-tinteiro que jamais **escreverão** coisa alguma”, o verbo em destaque aponta para o seguinte sentido:

- (A) uma ação futura marcada pela noção de possibilidade ou hipótese, típica do modo Subjuntivo.
- (B) uma ação futura que revela a ideia de certeza do enunciador e exemplifica o modo Indicativo.
- (C) uma ação futura marcada pela interlocução e que ilustra o modo Imperativo.
- (D) uma ação futura relacionada a uma certeza de um fato passado que a determina, valor típico do futuro do pretérito do Indicativo.

18. (IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014)

Em relação à análise semântica e sintática da oração “que passam preocupados ou tristes”, presente no último verso, assinale a opção em que é feita a classificação **correta** dos termos “preocupados” e “tristes”.

- (A) indicam características momentâneas e exercem a função sintática de predicativo.
- (B) indicam características permanentes e exercem a função sintática de predicativo.
- (C) indicam características momentâneas e exercem a função sintática de adjunto adnominal.

65.(IBFC - AGENTE (PREF SGDA (RN))/ADMINISTRATIVO/2021 (E MAIS 4 CONCURSOS)

Uma proposição lógica composta tem o seu significado lógico atribuído a partir da análise de sua tabela-verdade, onde se listam a cada linha todos os arranjos de valores-verdade possíveis a cada proposição (verdadeiro - V, ou falso - F) que a compõe. O valor lógico resultante da proposição composta vêm do julgamento do encadeamento dos valores-verdade a partir do significado lógico do conectivo linha por linha. Assinale a alternativa que apresenta o número de linhas de uma tabela verdade de uma proposição lógica composta por duas proposições simples diferentes e independentes entre si.

- (A) 2
- (B) 4
- (C) 8
- (D) 12

66.(IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF VINHEDO)/2020)

Sendo “p” uma proposição lógica verdadeira e “q” uma proposição lógica falsa e de acordo com a lógica proposicional e os conectivos lógicos, é correto afirmar que:

- (A) $p \rightarrow q$ é verdadeira
- (B) $p \leftrightarrow q$ é falsa
- (C) $p \wedge q$ é verdadeira
- (D) $p \vee q$ é falsa

67.(IBFC - GUARDA MUNICIPAL (PREF VINHEDO)/2020)

Se o valor lógico da proposição composta “Se Marcos é professor, então Marcos trabalha 12 horas por dia” é verdade, então basta que:

- (A) o valor lógico da proposição “Marcos é professor” seja verdade
- (B) o valor lógico da proposição “Marcos trabalha 12 horas por dia” seja falso
- (C) o valor lógico da proposição “Marcos é professor” seja falso
- (D) o valor lógico da proposição “Marcos é professor” é verdade e o valor lógico da proposição “Marcos trabalha 12 horas por dia” é falso

68.(IBFC - ASSISTENTE TÉCNICO (IDAM)/2019 (E MAIS 4 CONCURSOS)

Considere as afirmações sobre lógica propositiva e sua análise por meio de tabelas- verdade. Analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A conjunção (e, \wedge) entre duas proposições P e Q, só é verdadeira se ambas forem verdadeiras.
- () A disjunção (ou, \vee) entre duas proposições P e Q, só é verdadeira se ambas forem verdadeiras.
- () A disjunção (ou, \vee) entre a negação de duas proposições falsas é verdadeira.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V
- (B) V, V, F
- (C) F, F, V
- (D) F, V, V

69.(IBFC - ASSISTENTE SOCIAL (IDAM)/2019 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Considere a proposição composta:

“Se o jogador reclama ou o técnico protesta, então o juiz não viu a falta e os auxiliares não puderam ajudar”. As quatro proposições simples que a decompõe são P1: o jogador reclama; P2: o técnico protesta; P3: o juiz não viu a falta; P4: os auxiliares não puderam ajudar.

A proposição composta pode, então, ser representada por: $P1 \vee P2 \rightarrow P3 \vee P4$. Considere a tabela verdade abaixo.

P1	P2	P3	P4	$P1 \vee P2 \rightarrow P3 \vee P4$
V	F	F	V	A
F	V	V	V	B

Assinale a alternativa que lista corretamente os valores assumidos por A e B

- (A) A-V, B-V
- (B) A-F, B-V
- (C) A-V, B-F
- (D) A-F, B-F

70.(IBFC - ASSISTENTE SOCIAL (IDAM)/2019 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Se o valor lógico do condicional entre duas proposições é falso, então é correto afirmar que:

- (A) o valor lógico da primeira proposição é falso e o valor lógico da segunda proposição é verdade
- (B) o valor lógico da primeira proposição é verdade e o valor lógico da segunda proposição é falso
- (C) o valor lógico da primeira proposição é falso e o valor lógico da segunda proposição é falso
- (D) o valor lógico da primeira proposição é verdade e o valor lógico da segunda proposição é verdade

71.(IBFC - ASSISTENTE SOCIAL (IDAM)/2019 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Considerando o valor lógico das proposições $p: 3 + 4 = 8$ e $q: a \text{ metade de } 10 \text{ é } 5$, pode-se afirmar que:

- (A) o valor lógico de p disjunção q é falso
- (B) o valor lógico de p conjunção q é verdade
- (C) o valor lógico de p condicional q é falso
- (D) o valor lógico de p bicondicional q é falso

51.(IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Acerca dos princípios constitucionais do Direito Administrativo, considere as assertivas a seguir.

I. A imoralidade administrativa dá ensejo à invalidação do ato administrativo, podendo ser decretada pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.

II. O princípio da impessoalidade possibilita duas interpretações: a impessoalidade do ponto de vista dos administrados, uma vez que a Administração não pode prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, e do ponto de vista da Administração, em que os atos e provimentos administrativos são imputados não aos agentes que os praticam, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual ele age.

III. A publicidade, princípio básico da Administração Pública, positivado no caput do art. 37 da Constituição Federal, torna obrigatória a divulgação de atos, contratos e outros instrumentos celebrados pelo poder público, para conhecimento, controle e início de seus efeitos. A essa regra escapam os atos, as atividades e as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

É correto afirmar que:

- (A) I e II são verdadeiras.
- (B) I e III são verdadeiras.
- (C) II e III são verdadeiras.
- (D) todas são verdadeiras.
- (E) somente a III é verdadeira.

52.(IBFC - ANALISTA (CRA SP)/ASSESSORIA JURÍDICA/2011)

São princípios da Administração Pública, expressos no artigo 37 da Constituição Federal:

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Legalidade, imparcialidade, discricionariedade e moralidade.
- (C) Razoabilidade, legalidade, motivação e vinculação.
- (D) Razoabilidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

53.(IBFC - ANALISTA (CRA SP)/FISCALIZAÇÃO/2011)

São princípios constitucionais da Administração Pública os relacionados abaixo exceto:

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Publicidade.
- (D) Produtividade.

54.(IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRE PA)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

O regime jurídico administrativo pode ser conceituado como o "conjunto de princípios que definem a lógica da atuação do ente público, a qual se baseia na existência de limitações e prerrogativas em face do interesse público".

Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

(A) Havendo conflito entre os interesses da sociedade e as necessidades específicas de indivíduos, os primeiros deverão prevalecer, em virtude da posição privilegiada assegurada à Administração Pública quando se relaciona com particulares, fundamentada no Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado

(B) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Essa norma configura corolário do Princípio da Impessoalidade, expressamente previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988

(C) O Princípio da Moralidade, embora goze de conceito jurídico indeterminado, visa estabelecer a obrigatoriedade de observância dos padrões éticos de conduta, para que se assegure o exercício da função pública de forma a atender as necessidades coletivas

(D) A Administração Pública detém o poder de controlar os seus atos de ofício, mediante a anulação de atos praticados em suas atividades essenciais, quando ilegais, ou a revogação de atos importunos ou inconvenientes, sem que seja necessária a interferência do Poder Judiciário, com fundamento no Princípio da Intranscendência.

55.(IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Em relação aos princípios que regem o regime jurídico administrativo, analise as afirmativas abaixo:

I. Em razão do Princípio da Intranscendência Subjetiva das Sanções, não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

II. O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, sendo este um reflexo do Princípio da Impessoalidade.

(B) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os analfabetos e os maiores de setenta anos.

(C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos

(D) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e para os analfabetos.

(E) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e para os maiores de setenta anos.

54. IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013

A Constituição Federal prevê em seu texto algumas condições de elegibilidade para que o cidadão possa concorrer a determinados mandatos eletivos. Assinale a alternativa que corresponde **corretamente** à idade mínima exigida para o respectivo cargo:

(A) Trinta anos para Senador.

(B) Vinte e um anos para Deputado Estadual.

(C) Trinta e cinco anos para Governador do Estado.

(D) dezoito anos para Prefeito.

(E) Vinte e cinco anos para Vice-Presidente da República.

55. IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Suponha que, atendendo às reivindicações ocorridas nos protestos de junho de 2013, os parlamentares se reúnam e resolvam tornar mais hígido e probo o processo eleitoral para as eleições de 2016. Para tanto, eles apresentam um projeto que cria novas hipóteses de inelegibilidade, não abarcadas pela Lei da Ficha Limpa. Este projeto deverá ser apresentado nos moldes de:

(A) Emenda Constitucional.

(B) Lei Complementar.

(C) Lei ordinária.

(D) Medida provisória.

(E) Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

56. IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

As assertivas abaixo descritas estão previstas na Constituição Federal como hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma dessas hipóteses constitucionalmente previstas:

(A) Extradicação de brasileiro nato.

(B) Incapacidade civil absoluta.

(C) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

(D) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.

(E) Improbidade administrativa.

57. IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014
A Constituição Federal regula a suspensão e a perda dos direitos políticos. Nesse sentido, assinale a alternativa correta que contém apenas casos em que o texto constitucional autoriza, expressamente, tais efeitos.

(A) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos e incapacidade civil relativa ou absoluta.

(B) Condenação criminal mesmo não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos e incapacidade civil relativa ou absoluta.

(C) Cancelamento da naturalização por sentença não transitada em julgado e incapacidade civil relativa.

(D) Incapacidade civil relativa e resolução normativa do Congresso Nacional.

(E) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e incapacidade civil absoluta.

58. IBFC - GUARDA CIVIL MUNICIPAL (PREF CONDE - PB)/3ª CLASSE/2019

A organização político-administrativa é estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Sobre esse assunto, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Os Territórios Federais integram a União

(B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos

(C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são entes federativos autônomos

(D) Através de referendo, aprovado pela população diretamente interessada, os Estados poderão incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se

59. IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014

Suponha que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando fomentar o turismo, resolva criar um novo Município na Região dos Lagos por intermédio da fusão dos Municípios de Saquarema, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios. Além dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, a Constituição exige para criação desse novo Município:

(A) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

(B) Lei municipal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

Sobre sua apresentação, assinale a alternativa incorreta.

(A) Reafirma o seu compromisso com o reconhecimento da inalienabilidade, integralidade e indivisibilidade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais

(B) Reafirma o compromisso com o reconhecimento do direito de todas as mulheres de controlar todos os aspectos de sua saúde, em particular sua própria fertilidade, exceto no que tange ao aborto, o qual é expressamente proibido

(C) Reafirma o compromisso com o impulsionamento do consenso e do progresso alcançados nas anteriores Conferências das Nações Unidas, como sobre as Mulheres, em Nairóbi, sobre as Crianças, em New York e, sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro

(D) Reafirma o compromisso com a determinação que é indispensável formular, implementar e monitorar, com a plena participação das mulheres, políticas e programas efetivos, eficientes e reforçadores do enfoque de gênero, incluindo políticas de desenvolvimento e programas que em todos os níveis busquem o fortalecimento e o avanço das mulheres

(E) Reafirma o compromisso com a garantia do êxito da Plataforma de Ação em países cujas economias estejam em transição, o que requer contínua cooperação e assistência internacional

54. IBFC - SOLD (CBM BA)/CBM BA/2020

Nos termos da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979), preocupados com o fato de que, em situações de pobreza, a mulher tem um acesso mínimo à alimentação, à saúde, à educação, à capacitação e as oportunidades de emprego, assim como à satisfação de outras necessidades, assinale a alternativa correta no que tange a educação.

(A) Os Estados-Partes, com a finalidade de garantir a igualdade de direitos da mulher com o homem na esfera da educação, assegurarão as mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas

(B) Os Estados-Partes, com a finalidade de garantir a igualdade de direitos da mulher com o homem na esfera da educação, assegurarão acesso aos mesmos currículos, sendo o material escolar diferente quando isso se fizer extremamente necessário

(C) Os Estados-Partes, com a finalidade de garantir a igualdade de direitos da mulher com o homem na esfera da educação, assegurarão oportunidades diferentes para obtenção de bolsas-de-estudo, adotando como critério discriminatório a maternidade

(D) Os Estados-Partes, com a finalidade de garantir a igualdade de direitos da mulher com o homem na esfera da educação, assegurarão, por meio da educação, a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino apenas na educação básica

(E) Os Estados-Partes, com a finalidade de garantir a igualdade de direitos da mulher com o homem na esfera da educação, assegurarão diferentes oportunidades para participar ativamente nos esportes e na educação física

55. IBFC - SOLD (CBM BA)/CBM BA/2020

Determinada a promover os objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, em todos os lugares do mundo, no interesse de toda a humanidade, foi adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres a Declaração de Pequim. Sobre esta, assinale a alternativa incorreta.

(A) A paz local, nacional, regional não está necessariamente relacionada com os avanços das mulheres

(B) Reconhece os direitos das mulheres como direitos humanos

(C) Determina que o fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz

(D) Assegura às mulheres a igualdade de acesso aos recursos econômicos, incluindo a terra, o crédito, a ciência, a tecnologia, a capacitação profissional, a informação, a comunicação e os mercados, como meio de promover o avanço e o fortalecimento das mulheres e meninas

(E) Reconhece que o status das mulheres tem avançado em alguns aspectos importantes. No entanto, este progresso tem sido heterogêneo, desigualdades entre homens e mulheres têm persistido e sérios obstáculos também

56. IBFC - 1º TEN (PM BA)/PM BA/MÉDICO/CARDIOLOGIA/2019

O Decreto nº 4.377/2002 promulga a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Sobre as disposições da Convenção, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para garantir, à mulher, em igualdade de condições com o homem e sem discriminação alguma, a oportunidade de representar seu governo no plano internacional e de participar no trabalho das organizações internacionais.

(D) cabe ao Comando da Polícia Militar autorizar, excepcionalmente, nos estados, a aquisição de armas de fogo de uso restrito

(E) armas de fogo apreendidas devem ser, após elaboração do laudo, encaminhadas pelo juiz, quando não mais interessarem à persecução penal, à Superintendência da Polícia Federal, para destruição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas

19. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

No que se refere ao Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), podemos afirmar corretamente que:

(A) O porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é crime inafiançável, salvo quando a arma estiver registrada em nome do agente.

(B) Possuir arma de fogo de uso permitido com numeração raspada constitui crime cuja pena se equipara ao comércio ilegal de arma de fogo.

(C) O crime de tráfico internacional de armas, por expressa disposição legal, é insuscetível de liberdade provisória com ou sem fiança.

(D) O disparo de arma de fogo em via pública constitui crime inafiançável, mesmo que o autor a esteja portando regularmente.

(E) Comete crime cuja pena se equipara à do delito omissão de cautela o proprietário de empresa de segurança e de transporte de valores que deixa de registrar ocorrência policial e de comunicar a Polícia Federal furto ou roubo de arma de fogo sob sua guarda, nas primeiras vinte e quatro horas após o ocorrido.

20. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2012)

Considerando as disposições da lei que define os crimes de tortura, analise as proposições abaixo.

I. Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

II. Constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) somente I
- (B) somente II
- (C) I e II
- (D) nenhuma

21. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2012)

Nos termos da Lei federal nº 9.455/97, o crime de tortura é:

- (A) afiançável e suscetível de graça e indulto.
- (B) inafiançável, mas suscetível de graça e indulto.
- (C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (D) afiançável, mas não suscetível de graça ou anistia.

22. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa correta:

(A) Segundo estabelece a Lei 9.099/95 (Lei do Juizado Especial Criminal), oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

(B) Segundo estabelece a Lei 9.099/95 (Lei do Juizado Especial Criminal), as testemunhas arroladas serão intimadas por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, independentemente de sua identificação, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

(C) Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas do Código de Processo Penal e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O Código de Processo Civil não poderá ser aplicado nem mesmo de forma subsidiária.

(D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, sendo admissível, entretanto, a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

23. (IBFC - ASSISTENTE DE SANEAMENTO (EMBA-SA)/TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO/2015)

Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei federal nº 7.716, de 05/01/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

(A) Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos é crime punível com reclusão de dois a cinco anos.